

Esquerda veta aumento de parlamentar

BRASÍLIA — As lideranças dos partidos de esquerda (PDT, PT, PSB, P S D B e PCB) decidiram bloquear a ação do grupo de parlamentares de diversos partidos que pretende obter um reajuste de 38% em seus vencimentos, sem submeter a questão ao plenário da câmara. A estratégia dos parlamentares que desejam o reajuste é a de encaminhar requerimento à mesa, o que pode resultar na concessão do aumento (que é garantido pela constituição e foi sustado), sem chamar a atenção da opinião pública.

Mas os deputados que integram os cinco partidos de esquerda ameaçaram denunciar aqueles que se valessem do expediente. O aumento de 38% sobre a parte referente a subsídios nos vencimentos dos parlamentares é amparada pelo decreto-legislativo 72, do ano passado, que garante um mesmo reajuste para todos os servidores públicos. Mas um projeto-de-lei do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), já aprovado pelo senado, prevê a sua não aplicação.

É legal, mas não é moral aplicar esta lei em um momento em que há congelamento de salários e, principalmente, depois que nós,

parlamentares, não fomos capazes de derrubar veto do presidente José Sarney sobre projeto-de-lei da comissão especial do salário mínimo, que aumentava o salário para NCz\$ 139,00 argumentou o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ).

O deputado Wilson Campos (PMDB-PE), que presidia a sessão da câmara, disse ter recebido um requerimento com 138 assinaturas no sentido de que fosse aplicado o reajuste, mas garantiu ao deputado Paulo Paim (PT-RS) que a mesa rejeitara a matéria e que qualquer reajuste para os parlamentares só seria decidido "como total transparência".

O primeiro vice-presidente da câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), disse que já existem mais de 200 assinaturas em defesa dos salários dos parlamentares, mas não quis divulgar os nomes dos signatários, sob a alegação de que a mesa ainda vai discutir a questão. Mas afirmou que há assinaturas também de integrantes dos partidos de esquerda. Inocêncio entede que o reajuste é perfeitamente legal, mas ressaltou que "é preciso julgar a oportunidade de concedê-lo neste momento".